

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: 01/03/2014 a 31/03/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Primeiro entre os grandes.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 01/03/2014 .....	3
<b>Operações de troca de arroz garantem ajuda humanitária internacional.</b> Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 13/03/2014.....	4
<b>Chile abre mercado para melão e melancia</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 19/03/2014 .....	5
<b>Representante do MDS visitam Moçambique e África do Sul para dar início à segunda fase do PAA África</b> – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/03/2014 .....	5
<b>Autorizada a importação emergencial de tomate para o Acre</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/03/2014.....	6
<b>Brasil questiona, na OMC, subsídios da Índia ao açúcar.</b> Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 21/03/2014.....	7
<b>Inflação e travas do governo corroem o campo argentino.</b> Marli Olmos – Valor Econômico, Agronegócios. 26/03/2014.....	7
<b>Geller debate impactos da política agrícola internacional</b> – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/03/2014.....	9
<b>CNA cria observatório para acompanhar a implantação da Lei Agrícola dos EUA e da PAC europeia</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/03/2014.....	9
<b>Sindicalistas e camponeses protestam contra presidente no Paraguai</b> – Folha de São Paulo, Mundo. 26/03/2014 .....	11
<b>Ministro Rossetto reforça compromisso com quenianos sobre Mais Alimentos.</b> Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/03/2014...	12
<b>Lei agrícola dos EUA prejudica mais o Brasil que a da Europa, diz CNA</b> – O Globo, Economia. 27/03/2014.....	12
<b>Impasse entre Brasil e EUA sobre lei agrícola é "comum", diz Azevêdo</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 28/03/2014.....	13
<b>Chile impede projeto da Monsanto de controle total das sementes transgênicas</b> – Site do MST. 31/03/2014 .....	14

**Primeiro entre os grandes. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 01/03/2014**

Quando o mercado comum europeu nasceu, em 1993, o Mercosul, com dois anos de idade, já deveria estar falando e caminhando sozinho. Não foi o que se viu.

Até hoje, engatinhamos com relação aos acordos comerciais, enquanto a União Europeia corre a passos cada vez mais largos, vencendo crises e se consolidando como o maior bloco econômico do mundo.

A União Europeia congrega 28 nações, 15 das quais compartilhando o euro. Em duas décadas, o bloco contabiliza acordos comerciais com 48 outros países, negociações com 84 futuros parceiros e estudos para abertura a mais cinco mercados.

Imaginem a complexidade de negociar em 24 línguas oficiais para fechar uma proposta única e que ainda precisa ser aceita pela contraparte!

Tudo fazia supor que, no Mercosul, seria mais fácil. Afinal, eram dois idiomas e apenas quatro vizinhos, antes do ingresso da Venezuela, em 2012. Ledo engano.

O saldo desses 23 anos resume-se a três acordos de livre-comércio com Egito, Palestina e Israel, dos quais só o último está em vigor.

Durante esses anos, alguns setores da indústria temiam o livre mercado e o agronegócio se contentava com o crescente mercado interno. Ninguém pode esquecer que os acordos nascem de um grande consenso nacional. São obra de governo e iniciativa privada, em conjunto.

E o que nos anima agora é a unânime decisão da indústria, do agronegócio e do governo de não permitir que o Brasil opte, mais uma vez, pelo isolamento. Foi o que ficou muito claro na 7ª Cúpula Brasil - União Europeia, realizada no fim de semana passado em Bruxelas, na Bélgica.

Pela primeira vez, desde que teve início a discussão do acordo com a União Europeia, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria) reuniram-se com um presidente da República para reivindicar a urgente conclusão das negociações.

A presidente Dilma Rousseff recebeu o apoio dos empresários e mostrou-se determinada a encontrar solução rápida para os entraves existentes.

O Brasil vai buscar a adesão do Mercosul, mas sem ficar amarrado a ele. A data-limite para uma proposta comum é 7 de março próximo, quando saberemos se a Argentina se unirá ao Brasil, ao Paraguai e ao Uruguai, que já decidiram negociar em bloco com a União Europeia.

O mercado europeu representa 507 milhões de consumidores de elevada renda per capita, enquanto nosso único acordo vigente, com Israel, alcança uma população 98% menor.

Estima-se que o acordo da União Europeia com o Canadá, em fase de conclusão, vá aumentar em US\$ 26 bilhões o comércio de bens entre eles. No caso do Brasil, calcula-se que o ganho seria em torno de US\$ 30 bilhões já no primeiro ano de vigência do acordo.

As negociações do bloco europeu com os Estados Unidos, que começaram há menos de um ano, estão em estágio avançado. O mundo não será o mesmo depois da formação desse novo e poderoso bloco comercial. Estamos falando de 821 milhões de consumidores, 50% do PIB mundial e 30% das transações comerciais do planeta.

E as negociações não param aí. Somando o Acordo de Parceria Transpacífica, que reúne os EUA e mais 11 países, o livre-comércio terá tomado conta de dois terços da economia global.

Esse novo ambiente de negócios vai definir as novas regras do comércio mundial. Não pode um país, por mais forte que seja sua economia, concorrer com blocos. Sem acordos, não haverá mercados. Sem mercados, nossas exportações ficarão estagnadas. Nossos concorrentes estão se movimentando e ocupando espaços que poderiam ser nossos.

Se, por um lado, o livre-comércio nos desafia a buscar novas tecnologias para aumentar a competitividade, por outro só ele garante o acesso a um maior número de consumidores e a novas oportunidades de negócio, gerando emprego e renda.

Por tudo isso, a Cúpula de Bruxelas é um marco na condução da política comercial brasileira. O Brasil acordou. Agora, podemos acreditar na assinatura do primeiro acordo entre grandes. Ou o Mercosul se une ou perderá sua última chance. E não sobreviverá a mais essa perda.

---

**Operações de troca de arroz garantem ajuda humanitária internacional. Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 13/03/2014**

Foram realizadas hoje (13), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cinco leilões de troca de arroz que permitirão o envio de 5.751 toneladas do cereal para países que abrigam refugiados e que enfrentam situações de insegurança alimentar e nutricional. Gaza receberá a maior quantidade do produto (3.536 t), seguida de Síria (1.226 t), Líbano (397,7 t), Jordânia (366 t) e Cisjordânia (225,7 t). O valor total da operação foi de R\$ 10,785 milhões e as trocas ocorreram nos municípios gaúchos de Pelotas e Santa Vitória do Palmar.

Benefícios - A vantagem desse tipo de operação é que ela dá agilidade à entrega do produto aos outros países. Isso porque o participante oferece o arroz beneficiado e

pronto para ser exportado. Em troca, ele recebe da Conab uma quantidade maior do produto "in natura". Como o arroz beneficiado já vem embalado e com a documentação pronta para exportação, o envio aos países necessitados ocorre mais rapidamente.

A ação da Conab cumpre a lei federal Nº 12.429, de 20/06/2011, que determina o auxílio, por parte da Companhia, a famílias internacionais que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio da doação de alimentos oriundos dos seus estoques públicos. O órgão responsável pela definição das quantidades e destinos é o Ministério das Relações Exteriores (MRE). A ação é coordenada pela Agência das Nações Unidas de Assistência a Refugiados da Palestina (UNRWA).

---

### **Chile abre mercado para melão e melancia – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 19/03/2014**

*Publicado protocolo que estabelece os requisitos fitossanitários para importação de melão e melancia do Brasil*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) recebeu um comunicado oficial da pasta da Agricultura do Chile sobre a publicação no diário oficial chileno do protocolo que estabelece os requisitos fitossanitários para importação de frutos frescos de melão e melancia produzidos no Brasil. A publicação ocorreu no dia 11 de março.

Em julho de 2013, uma missão chilena visitou os estados do Rio Grande do Norte e Ceará para conhecer e avaliar os aspectos fitossanitários na área livre de mosca-das-frutas.

De acordo com o secretário de Relações Internacionais do Mapa, Marcelo Junqueira, “além da conquista do mercado do Chile, o Mapa considera que a abertura é um sinal de confiança na qualidade do produto brasileiro, o que nos credencia a abrir outros mercados”.

Atualmente, o Brasil exporta melancia para 11 países, incluindo vários membros da União Europeia, Mercosul e Rússia. Já os melões são vendidos para 21 países incluindo Canadá, Estados Unidos, Noruega, Rússia e membros da União Europeia.

---

### **Representante do MDS visitam Moçambique e África do Sul para dar início à segunda fase do PAA África – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/03/2014**

*Objetivo da missão é apresentar experiência brasileira que une a produção da agricultura familiar com programa de acesso à alimentação*

Brasília, 21 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) participa, a partir de segunda-feira (24), de uma missão no continente africano para apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e contribuir na segunda fase do Purchase form Africa for Africans (PAA África) –projeto inspirado a partir da experiência brasileira em compras institucionais. A diretora do Departamento de Apoio

à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar, Denise Reif Kroeff, é uma das representantes do governo brasileiro na visita à África do Sul e a Moçambique.

Na segunda (24) e terça-feira (25), em Pretoria, Denise Kroeff e os representantes da Coordenação das Ações Internacionais de Combate à Fome, do Ministério das Relações Exteriores, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Programa Mundial de Alimentação (PMA) se reúnem com o governo sul-africano e com a sociedade civil para reforçar o diálogo voltado para a compra local de alimentos para abastecer as escolas, além de fortalecer parcerias regionais.

Uma visita de campo na província de Tete, em Moçambique, está marcada entre os dias 26 e 28 de março para conhecer a forma de execução de compras institucionais da agricultura familiar no país.

No dia 31, em Maputo, capital de Moçambique, o grupo irá apoiar os gestores locais, a partir de uma troca de experiências, na construção de uma estratégia de avanço em relação à segunda fase do PAA África, que teve início em janeiro deste ano. A reunião também tem o objetivo de avaliar necessidades da assistência técnica, identificar riscos e novos parceiros para consolidar o programa nesta nova etapa.

Segundo Denise, a mais importante característica do PAA é unir a produção da agricultura familiar com programa de acessos à alimentação, tendo como resultado a segurança alimentar e o desenvolvimento local. “É esta experiência que o Brasil tem a oferecer à África. Nesta segunda fase do Programa PAA África, é necessário buscar um diálogo regional, visando consolidar a estratégia de compras locais como um dos instrumentos para combater à fome no continente”, afirmou.

PAA África – Desde 2012, o programa beneficiou cinco mil agricultores familiares e 125 mil estudantes de 434 escolas em cinco países: Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal. Além do apoio do governo brasileiro (Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Relações Exteriores), da FAO e do PMA, o PAA África recebe o apoio do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Nos próximos cinco anos, o investimento será de US\$ 11 milhões.

---

#### **Autorizada a importação emergencial de tomate para o Acre – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 21/03/2014**

Devido a problemas climáticos no Estado do Acre, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) autorizou a importação emergencial de tomate do Departamento de Arequipa, no Peru, durante 90 dias. A autorização para essa finalidade foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 21 de março, por meio da Instrução Normativa nº 4.

“Esse foi um pedido emergencial do governo acreano para evitar um desabastecimento local. A medida está sendo adotada devido a alagamentos que ocorreram no município

de Rio Branco, que praticamente isolaram essa região”, destaca o diretor substituto do Departamento de Sanidade Vegetal, Carlos Franz.

Todos os frutos importados do país sul-americano deverão ser acompanhados dos Certificados Fitossanitários (CF) emitidos pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária (ONPF) do Peru. Outra exigência é que contenham certificação garantindo que os tomates e as embalagens estejam livres de terras e materiais orgânicos e que sejam produzidos no Departamento de Arequipa, livre da praga *Protoplasma longifila*.

Os frutos devem ser importados exclusivamente pelos pontos de ingresso de Assis Brasil, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul no Estado do Acre, ficando vedado o trânsito interestadual no Brasil desses produtos.

---

### **Brasil questiona, na OMC, subsídios da Índia ao açúcar. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 21/03/2014**

O Brasil, que lidera a produção global de açúcar, vai colocar pressão sobre a Índia - que ocupa o segundo lugar nesse ranking - hoje na Organização Mundial do Comércio (OMC) por causa dos generosos subsídios prometidos por Nova Déli a seus produtores.

Juntamente com parceiros como Austrália, União Europeia e Colômbia, o Brasil quer explicações no Comitê de Agricultura sobre a validade do programa indiano de subsídios tendo em vista as normas internacionais, por estimar que seus interesses possam estar sendo afetados.

O governo indiano aprovou subsídio de quase de US\$ 50 por tonelada de açúcar exportado, a fim de reduzir o crescimento do estoque da commodity no país.

A ideia era suspender essa ajuda no fim do mês. Mas o governo agora avalia se prorrogará a medida. Daí o interesse ainda maior de outros exportadores em pressionar a Índia, no que ainda não é um contencioso, mas uma chamada "preocupação comercial".

Por sua vez, o Paquistão levará à OMC um questionamento sobre os subsídios domésticos em geral concedidos para a agricultura da Índia, sua vizinha

Estudo do Grupo de Cairns, que reúne exportadores agrícolas - e que inclui o Brasil -, conclui que os subsídios da Índia que podem afetar o comércio internacional cresceram mais de 16%, o maior percentual entre os dez países examinados.

Na recente negociação de um acordo em Bali (Indonésia), na Conferência Ministerial da OMC, a Índia quase implodiu o pacote na mesa, até que conseguiu o direito de continuar com seus programas bilionários de subvenção a agricultores pobres.

---

### **Inflação e travas do governo corroem o campo argentino. Marli Olmos – Valor Econômico, Agronegócios. 26/03/2014**

A Argentina tem se mostrado um celeiro de paradoxos. Há poucos dias, ao mesmo tempo em que admitiu uma inflação de 7,3% no bimestre, o governo anunciou redução de 14% no preço do pão. Se por um lado, trava-se uma dura batalha para impedir que a entrada de produtos importados afete o já combalido nível de reservas cambiais, no sentido inverso é mantido um duro controle às exportações do setor agropecuário, que é responsável por 60% das divisas que entram no país.

Nesse ambiente contraditório, o país que no passado se consagrou como grande exportador de grãos e carne assiste, quase paralisado, ao crescimento da demanda mundial de alimentos. Faz cinco anos que a produção anual de grãos da Argentina estacionou em um patamar próximo de 100 milhões de toneladas. Há oito, o país ostentava o posto de terceiro maior exportador de carne do mundo. Está, atualmente, no 11º lugar.

A produção de leite repete volumes de 1999 e a de trigo parou na história. "Os 9 milhões de toneladas do ano passado representaram a menor marca dos últimos 110 anos", afirma o presidente da Sociedade Rural Argentina, Luis Miguel Etchevehere. Tampouco a expectativa de recorde na safra de soja este ano (52,5 milhões de toneladas) é motivo de alegria. "Como vamos comemorar produzir um pouco além dos 48 milhões de toneladas do ano passado quando teríamos potencial para volumes muito acima disso?", questionou.

Quando o Banco Central permitiu a súbita desvalorização do peso, em janeiro, parecia um sinal para entusiasmar os exportadores de grãos. Mas nem a alta do dólar anima. "O ajuste cambial se perde com a inflação", diz Etchevehere. Era de se esperar que nesse momento de reservas baixas - em torno dos US\$ 27 bilhões -, um setor que ostentou superávit de US\$ 32 bilhões no ano passado chamasse a atenção. "O governo vive do campo, mas não quer deixar o campo viver", diz Etchevehere.

A perda de participação no mercado mundial continua calcada basicamente nas restrições às exportações, segundo o presidente da Sociedade Rural. Trata-se de uma estratégia que o governo adotou na tentativa de manter os preços internos baixos. Da mesma forma como controla as guias de importação de uma série de produtos, o governo argentino só autoriza exportações de alimentos mediante seu próprio entendimento de que existe produto suficiente para atender a demanda da população a preços justos. "Essa política já mostrou ser fracassada", diz Etchevehere.

A redução do preço do pão na semana passada foi feita por meio de acordo do governo com a indústria de panificação dentro do programa de controle de preços de uma cesta de produtos. Já o preço da maior parte dos cortes carne subiu mais de 20% este ano. Mas o governo culpa os "especuladores".

Para Etchevehere, é por falta de interesse em acordos com o governo dessa natureza que frigoríficos brasileiros desistiram de investir na Argentina. "Não quiseram se submeter a baixar os preços para determinados supermercados", destaca o dirigente, que lamenta



ver não apenas investimentos brasileiros seguirem para outros países, caso do Uruguai, como ver os próprios vizinhos ocupar parte do espaço que um dia já foi dos argentinos.

Buenos Aires recebe esta semana produtores de todo o mundo para um encontro que acontece a cada ano. Além dos empresários do setor, somente políticos da oposição ao governo são esperados para a festa de abertura.

---

### **Geller debate impactos da política agrícola internacional – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/03/2014**

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, participou na manhã desta quarta-feira (26) da abertura do Seminário Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Européia: Impacto no agronegócio brasileiro, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Segundo Neri Geller, enquanto estiver como ministro, vai assumir com bastante força o papel do ministério, que é de proteger a produção nacional. “Tenho claro na minha cabeça o que devemos fazer para alavancar a produção. Precisamos manter a estabilidade econômica, o superávit da balança comercial e gerar emprego e renda para o brasileiro. É preciso também suprir as demandas do mercado internacional e suprir a questão da segurança alimentar”, colocou.

Geller disse que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai trabalhar em parceria com o Itamaraty na condução das negociações internacionais, seja na abertura de mercados, seja na proteção da produção nacional.

“Vou estar à inteira disposição como produtor que sou, como integrante classista e como ministro que acredita na presidenta Dilma, pois tivemos o apoio integral em todas as ações que foram implementadas”, finalizou.

Os Estados Unidos e a União Europeia concluíram recentemente a revisão de suas políticas agrícolas. São, respectivamente, o segundo e terceiro mercado mais importante para o agronegócio brasileiro, por isso foi apresentado um estudo sobre os impactos da Lei Agrícola norte-americana e da nova Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia nos produtos agropecuários de interesse do Brasil.

---

### **CNA cria observatório para acompanhar a implantação da Lei Agrícola dos EUA e da PAC europeia – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 26/03/2014**

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, anunciou nesta quarta-feira (26/03) a criação de um observatório para monitorar o processo de execução da nova lei agrícola norte-americana e da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia. Sua preocupação é com os prejuízos que os subsídios abusivos causam aos produtores rurais, comprometendo o desempenho da agropecuária brasileira no exterior. Só as políticas recém-aprovadas pelos EUA podem

gerar perdas superiores a US\$ 4,34 bilhões para as exportações de milho, soja e algodão do país entre 2014 e 2018, período de vigência da nova lei.

Este é um dos dados mais alarmantes do estudo “Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia: Impacto no Agronegócio Brasileiro”, encomendado pela CNA. O trabalho inédito foi apresentado nesta quarta-feira, na sede da confederação em Brasília, onde foi realizado um seminário do qual participaram especialistas e autoridades de 14 países, além do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Neri Geller, e do diretor do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Mesquita.

Outros dados também preocupam a CNA. A nova lei agrícola norte-americana vai permitir subsídios de US\$ 64,5 bilhões apenas para as três commodities no acumulado até 2018. “O setor produtivo está indignado com o tamanho deste subsídio nocivo, o que pode ampliar a área de produção nos Estados Unidos, provocando uma depreciação dos preços no mercado internacional”, afirmou a presidente da CNA.

Alertou, ainda, para o fato de os Estados Unidos terem “maquiado programas” e ampliado os níveis de apoio, especialmente aos produtos de maior interesse para o Brasil, como a soja, que vai receber US\$ 19,2 bilhões em subsídios até 2014. Nos últimos anos, os produtores norte-americanos da oleaginosa – principal item da pauta exportadora do Brasil – não receberam subsídios de Washington, mas agora foram contemplados com políticas de apoio no pacote de medidas aprovado em fevereiro.

Uma das mudanças apontadas pela presidente da CNA é a transferência dos pagamentos diretos para o seguro agrícola. Desta forma, fica mantido o efeito distorcido dos programas anteriores, pois o seguro garante renda ao produtor em qualquer patamar de preço. “Fica claro que os americanos não estão buscando eficiência e produtividade. Eles estão premiando apenas a quantidade”, afirmou. Esta percepção é compartilhada pelo assessor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa) nos Estados Unidos, Mark Langevin. Para ele, a nova lei não “traz grandes estímulos para aumentar a produtividade das lavouras”.

Para o presidente da Comissão de Relações Internacionais da CNA, Eduardo Riedel (foto ao lado), a lei norte-americana “pode afetar as exportações de soja do Brasil”. Os embarques brasileiros de soja em grão, farelo e óleo renderam US\$ 30,96 bilhões em 2013, superando o desempenho do petróleo e derivados (US\$ 22,37 bilhões). Ele também ressaltou o fato dos eventuais prejuízos que a política de seguro de renda poderá causar para outros produtos, como é o caso do milho. O estudo aponta para a possibilidade de recuo de 4% na cotação internacional do grão.

Riedel apoiou a proposta da presidente da CNA para que iniciativa privada, Executivo e Legislativo brasileiros trabalhem de forma conjunta na avaliação desses impactos. A ideia foi aceita pelos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, este representado pelo diretor do Departamento Econômico, e também pelo presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Luiz Carlos Heinze (PP-RS), que participou

do seminário. O consultor da CNA, embaixador Clodoaldo Hugueneu foi um dos coordenadores do debate.

Estudo – Segundo o diretor da Agroicone, André Nassar, responsável pelo estudo, “mesmo com os preços remuneradores, os subsídios reduzem os riscos para o produtor, que irá responder aos estímulos do governo com aumento de área”. Para o adido agrícola da Embaixada do Brasil em Washington, Horrys Friaça, apesar do corte de 2% no orçamento, a nova lei agrícola deve ter maior desembolso para os programas de pagamentos diretos dos subsídios aos produtores norte-americanos, por conta do reajuste de preços mínimos.

Embora a lei agrícola norte-americana tenha dominado os debates, devido aos impactos negativos para o Brasil, a PAC europeia também foi discutida pelos especialistas. A representante da CNA em Bruxelas, Mariá Almeida, afirmou que o Brasil precisa ficar atento à questão do açúcar. As exportações do produto estão limitadas a 1,3 milhão de toneladas/ano, sem concessão de subsídio às vendas externas. No entanto, as cotas de exportação deixarão de existir a partir de 2017, o que pode fazer com que a Europa volte a aumentar suas exportações e a conceder subsídios a seus exportadores, impactando o mercado internacional.

---

#### **Sindicalistas e camponeses protestam contra presidente no Paraguai – Folha de São Paulo, Mundo. 26/03/2014**

Sindicalistas e camponeses paralisaram o centro de Assunção nesta quarta-feira como parte de uma greve contra as políticas econômicas do presidente Horacio Cartes, um protesto que obriga o líder conservador a buscar uma aproximação com esses setores críticos à sua gestão para poder continuar governando com tranquilidade.

A greve coincidiu com uma marcha organizada por agricultores todos os anos há duas décadas na capital paraguaia, o que aumentou a expectativa quanto ao total de manifestantes e possíveis confrontos com a polícia.

Mas o protesto transcorreu sem incidentes e terminou logo após o meio-dia, quando os sindicatos concordaram em participar de uma mesa-redonda convocada pelo governo para discutir suas demandas.

A greve foi convocada para protestar contra a política de Cartes, com exigências que variam de um reajuste de 25 % no salário mínimo – bem maior do que o aprovado recentemente, de 10 por cento – ao fim das pulverizações em plantações de soja, principal produto de exportação do país.

"Este governo está excluindo as pessoas mais pobres, que não têm oportunidades. Estamos levantando a voz contra um governo que nos deixa fora do sistema de educação e saúde e dos serviços públicos", disse à Reuters o estudante Israel Pedrozo, que participou de um dos bloqueios de rua.

Milhares de camponeses saíram às ruas em Assunção enquanto representantes de sindicatos e organizações sociais se reuniam em várias partes da cidade para interromper esporadicamente o tráfego, sob forte aparato policial.

A maioria das lojas e escolas do centro permaneceu fechada, o transporte público praticamente deixou de funcionar e os hospitais só atendiam emergências.

Os manifestantes, cerca de 7.000 segundo o governo, se reuniram nas praças em frente à sede do Congresso, com frases exigindo uma reforma agrária e a melhoria dos serviços estatais e dos organismos encarregados da Justiça.

---

### **Ministro Rossetto reforça compromisso com quenianos sobre Mais Alimentos. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/03/2014**

“O Ministério do Desenvolvimento Agrário está preparado para operar o programa Mais Alimentos no Quênia. Tudo aquilo em que nós pudermos colaborar para o mais rápido entendimento e funcionamento do programa, nós faremos”, afirmou o ministro Miguel Rossetto no encontro, em seu gabinete, com o embaixador do Quênia, Peter Kirimi Kaberia, realizado nesta quinta-feira (27), em Brasília (DF).

A visita teve o intuito de estreitar a parceria do governo brasileiro com o Quênia em relação ao Programa Mais Alimentos Internacional. Durante o encontro, Miguel Rossetto lembrou a orientação da presidenta da República, Dilma Rousseff, em desenvolver as melhores relações com a África.

A República do Quênia é localizada na África Oriental e tem sua economia baseada na agricultura. Os principais produtos agrícolas quenianos são chá, café e arroz. O embaixador ressaltou, também, a produção de bovinos e a importância de ter o Brasil como parceiro.

#### **Sobre o programa**

O Mais Alimentos Internacional foi criado em 2010 com o objetivo de estabelecer uma linha de cooperação técnica que destaca a produção de alimentos pela agricultura familiar como caminho para a segurança alimentar e nutricional dos países participantes.

Aliado à cooperação técnica, a ação prevê o financiamento de tecnologia adaptada às realidades socioambientais da agricultura familiar local, como forma de ampliar a produção e a produtividade dos estabelecimentos rurais. A ideia é que estes países possam produzir mais e melhor, e tornarem-se clientes regulares da tecnologia agrícola brasileira.

---

### **Lei agrícola dos EUA prejudica mais o Brasil que a da Europa, diz CNA – O Globo, Economia. 27/03/2014**

Valor Online

A produção agropecuária brasileira está mais ameaçada pela nova lei agrícola dos Estados Unidos do que pelas recentes mudanças da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia. A afirmação consta no estudo inédito "Política Agrícola dos Estados Unidos e da União Europeia: Impacto no Agronegócio Brasileiro", encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Segundo o estudo, os produtos brasileiros mais prejudicados pelos subsídios dos Estados Unidos são a soja, o milho, o algodão e o trigo. Somente nas três primeiras culturas, o Brasil deve perder US\$ 4,3 bilhões até 2018 com a redução dos preços no comércio internacional devido ao aumento da produção americana. No caso dos europeus, a maior ameaça está no açúcar e nos lácteos.

Ao analisar os efeitos da PAC e da lei agrícola americana, o estudo mostra que a mais prejudicial ao Brasil é a dos Estados Unidos. O estudo mostra que a lei, aprovada em fevereiro, prevê gastos entre US\$ 12,8 bilhões e US\$ 19,8 bilhões por ano entre 2014 e 2018 para financiar políticas de garantia de preços e renda. O estudo afirma que são essas políticas que poderão ampliar a produção norte americana e reduzir preços no mercado internacional, distorcendo mercados.

Já no caso dos Europeus, o estudo afirma que o bloco de países eliminou subsídios á exportação e se concentrou em repasses diretos aos produtores, sem preocupação com níveis de produção ou tipo de produto. Segundo o estudo, essa mudança também causará grandes distorções, mas seu efeito é mais pulverizado devido ao investimento em diversas culturas. A nova PAC possui orçamento anual de 60 bilhões de euros, distribuídos entre os 28 membros. O total de recursos, segundo o estudo, equivale a 14% do total da renda do produtor rural europeu.

O peso dos subsídios, porém, foi menor nos últimos cinco anos, devido aos preços mais elevados das commodities no mercado internacional. Com a tendência de recuo dos preços, o estudo mostra que devem crescer mecanismos de sustentação de preços e renda, principalmente nos Estados Unidos.

Segundo o estudo, com dados do USDA, os preços de milho e trigo devem cair quase 15% na safra 2014/15, e os de soja cerca de 30%.

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), afirmou que quer cobrar do governo um posicionamento mais proativo do governo brasileiro na OMC.

"Aguardaremos o painel de implementação, que está em via de ser protocolado, no caso do algodão. Esse painel servirá de base para a abertura de novos contenciosos, caso não hajam entendimentos", disse a senadora. "Estamos trabalhando com um livre comércio com a União Europeia e o Mercosul. Fiquei sabendo que a Argentina já apresentou sua lista e o assunto está avançando".

---

**Impasse entre Brasil e EUA sobre lei agrícola é "comum", diz Azevêdo – Valor Econômico, Agronegócios. 28/03/2014**

BRASÍLIA - A situação entre Brasil e Estados Unidos com relação à nova lei agrícola (Farm Bill) daquele país é “comum”, disse ontem o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo. A legislação, aprovada em fevereiro, eliminou apenas parcialmente os subsídios agrícolas e criou um programa de seguro às lavouras considerado prejudicial por alguns analistas brasileiros. Em 2009, quando o Brasil venceu o contencioso do algodão, a OMC recomendou que a política agrícola dos EUA entrasse em conformidade com as normas de comércio internacional.

“Com frequência há desacordo. Um [país] acha que implementou as regras e o outro, que não. São retomadas as conversas. O que eu entendo é que Brasil e Estados Unidos agora estão se falando”, disse Azevêdo, que respondeu a perguntas em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Agricultura no Senado Federal. O Brasil pedirá um painel de implementação na OMC para analisar os efeitos da nova Farm Bill. Azevêdo destacou a tradição brasileira de utilização do sistema de solução de controvérsias da OMC. “O Brasil é um dos quatro ou cinco maiores usuários”, ressaltou.

Na época do contencioso, a OMC concedeu ao Brasil o direito de retaliar comercialmente os Estados Unidos em US\$ 829 milhões, mas os brasileiros optaram por um acordo bilateral, por meio do qual os norte-americanos fariam repasses anuais de US\$ 147 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Em outubro do ano passado, entretanto, os Estados Unidos suspenderam os pagamentos sob a alegação de que cortes automáticos no Orçamento não permitiam honrá-los. Apesar disso, o Brasil segue sem optar pela retaliação.

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), criticou a nova lei agrícola norte-americana. Segundo Kátia, um estudo encomendado pela CNA mostra possibilidade de perdas de até 6% para os produtos internacionais brasileiros caso haja queda de preços no primeiro ano de implementação da legislação.

(Agência Brasil)

---

### **Chile impede projeto da Monsanto de controle total das sementes transgênicas – Site do MST. 31/03/2014**

Da Adital

As organizações da CLOC Via Campesina Chile e grupos da sociedade civil organizada estão comemorando a retirada do Projeto de Lei de Proteção de Direitos de Obtentores Vegetais, que ficou amplamente conhecida como ‘Lei Monsanto’. Após intensa reação social neste mês, a presidenta Michelle Bachelet garantiu a retirada do PL e assegurou o desenvolvimento de uma nova lei com a participação dos setores afetados. No ano passado, Michelle já havia dado indícios de que não levaria a votação do PL à frente quando admitiu que ele impactava negativamente a soberania alimentar e a biodiversidade.

A lei facilitaria a apropriação de sementes locais por parte de empresas, criminalizaria os camponeses pelo uso de sementes próprias e permitiria que empresas registrassem variedades de sementes e proibissem o uso de sementes parecidas com as suas. Como a CLOC-VC explica, as práticas camponesas e indígenas de selecionar, cuidar, guardar e trocar sementes seriam criminalizadas e punidas com a destruição de cultivos e o confisco de colheitas.

O Projeto de Lei, proposto pela própria presidente em 2009, seria usado para sustentar e implementar o UPOV 91, do qual o Chile é signatário. O Convênio UPOV 91 tende a regular toda a obtenção de sementes de novas variedades.

"Anima-nos ter contribuído para desarmar o conjunto de mitos que se difundiam pelos aparatos de lobbistas das empresas e termos sido capazes de romper o cerco comunicacional e fazer-nos escutar, ainda quando nossa voz, inicialmente, foi bloqueada e sabotada nos debates parlamentares e no Tribunal Constitucional, enquanto o empresariado era escutado amplamente", comemoram os camponeses.

Mas a luta ainda não está ganha. Os camponeses precisam permanecer alerta, dar continuidade às campanhas de informação e promover debates com organizações, parlamentares e a população em geral, oferecendo argumentos sérios e de maneira clara para que se consiga afastar definitivamente o fantasma da "Lei Monsanto". A luta também deve ser fortalecida no sentido de exigir a participação efetiva de organizações camponesas e indígenas no debate da nova lei.

Essa etapa foi ganha, mas está claro que as empresas interessadas na aprovação da lei continuarão se articulando, promovendo campanhas de desinformação e até cooptando organizações que possam difundir seus "mitos, ameaças e mentiras", alerta a CLOC-VC.

Por isso, a entidade faz um chamado a todas as organizações sociais e especialmente às do campo para que se unam e se envolvam nos processos de organização e mobilização que começam a partir de agora e visam à criação de uma proposta alternativa, que não vulnerabiliza o patrimônio genético do país e é voltada ao fortalecimento da produção agroecológica e da agricultura familiar camponesa.

A campanha "Eu não quero transgênicos no Chile" já tem traçada uma proposta de uma nova Lei de Sementes, que sugere: o estabelecimento de programas de produção e distribuição de sementes camponesas locais; não interferência nos intercâmbios de sementes entre comunidades e organizações, permitindo a comercialização de sementes locais; e o reconhecimento do papel e da autonomia das comunidades locais na recuperação de sementes tradicionais para o campo e as hortas urbanas.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria



**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa